



**INSTITUTO
FEDERAL**
Paraíba



T1556014N

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

EDITAL Nº 2/2025 – COMCP/COMISSOES/REITORIA/IFPB

ARQUIVISTA

NOME

INSCRIÇÃO

Nível
SUPERIOR

Turno
TARDE

PROVA

01

Na Folha de Respostas,
no local indicado,
lembre-se de preencher
o Número da Prova!
O não preenchimento
levará à
desclassificação.

Material recebido

- ✓ Prezado(a) candidato(a), além deste Caderno de Questões com **cinquenta questões objetivas**, você receberá a Folha de Respostas. Verifique se seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição estão corretos.
- ✓ Confira seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.

Material a ser devolvido

- ✓ O único documento válido para a avaliação é a Folha de Respostas, a qual deve ser devolvida ao fiscal devidamente assinada no local destinado a esse fim.
- ✓ Na Folha de Respostas, os alvéolos devem ser preenchidos da seguinte maneira: ●
- ✓ Para todo e qualquer preenchimento, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

Duração da prova e permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala depois de transcorridas 02 (duas) horas do início da aplicação da prova, ocasião em que deverá entregar ao fiscal a Folha de Respostas e o Caderno de Questões.
- ✓ O(A) candidato(a) poderá levar consigo o Caderno de Questões depois de transcorridas 03h30min (três horas e meia) do início da aplicação das provas.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão se retirar da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

Divulgação

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC**, no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, conforme previsto em Edital.

***O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno e na Folha de Respostas incorrerá em sua eliminação.**



instituto aocp



Língua Portuguesa

Por que o trema foi abolido da língua portuguesa?

Por padronização: o Brasil era o único país lusófono que ainda usava esse sinal, abandonado em Portugal em 1945. Ele era útil, porém. E a saudade permanece.

Bruno Vaiano

Por padronização, de maneira muito resumida. Portugal abandonou esse sinal diacrítico em 1945 e ele não aparecia com frequência nos textos de nenhum país lusófono – com exceção do Brasil, é claro.

Com o acordo ortográfico mais recente, ratificado em 2008, a maioria se impôs e ficamos sem “lingüiça”, “seqüestro” e “cinqüenta”. Era mais fácil nós pararmos de usar o “ü” do que os outros países se acostumarem a usá-lo.

Antes de mais nada, vale explicar o trema para os mais novos, alfabetizados após a abolição do dito-cujo. Esse sinal avisava que o falante deveria pronunciar a letra “u” depois de um “q” ou “g”. Portanto, “agüentar”, “pingüim” e “tranqüilo” carregavam um casal de pontinhos em cima do “u”, mas “queijo”, “caiaque” e “enfoque”, não.

Pode parecer uma minúcia, mas o trema era útil na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar. Por exemplo: o correto é dizer “quinquênio” com as duas letras “u”, algo que todo mundo saberia caso esse palavra exótico ainda fosse escrito “qüinqüênio”, como era regra no Brasil até 2008.

O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943. Ou seja: nós abraçamos esse sinal diacrítico apenas dois anos antes de Portugal abandoná-lo para todo o sempre. Faltou comunicação transatlântica (na época, claro, o mundo estava passando pela 2ª Guerra, Brasil e Portugal eram ditaduras e os países africanos lusófonos ainda eram colônias).

Na época, muitos linguistas brasileiros ficaram insatisfeitos com a abolição do trema (e com vários outros aspectos do acordo mais recente), argumentando que os pontinhos eram perfeitamente úteis e que sua ausência dificulta a leitura.

O gramático Gladstone Chaves de Melo, morto em 2001, já considerava a abolição do trema um “absurdo” desde muito antes do acordo entrar em vigor, já que as mudanças já estavam pautadas desde 1990.

Edmílson Monteiro Lopes, da Universidade Federal do Ceará (UFCE), escreveu: “Queiram ou não os mentores da inoportuna reforma, o trema é útil, necessário para a pronúncia e conservação de grande número de palavras. Sem ele, com o tempo, muitas se deformariam.”

Para Lúcia Fulgêncio e Mário A. Perini, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), “A eliminação do trema representa um afastamento entre a escrita e a fala; não gera dificuldades para a escrita, mas sim para a pronúncia. (...) Temos que concluir que a ortografia de 1971 é superior à de 2009 neste particular”.

Eles admitem que o sinal é desnecessário para quem já sabe pronunciar as palavras. Mas explicam que, “Aqui, o inconveniente afeta mais os estrangeiros, que não conhecem a pronúncia, e os falantes do português apenas quando se trata de uma palavra desconhecida, ou uma daquelas que a gente só conhece pela escrita.”

Ou seja: se você sente saudade do trema, você não está sozinho. Em nome da padronização internacional, o Brasil ficou sem seus pontinhos de estimação.

Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/por-que-o-trema-foi-abolido-da-lingua-portugue-sa/>. Acesso em: 15 out. 2025.

1

Assinale a alternativa correta a respeito do texto de apoio.

- (A) O autor sugere que o trema deveria permanecer na língua portuguesa, pois os demais países poderiam adaptar-se a ele.
- (B) O fato de utilizar a expressão “dito-cujo”, no terceiro parágrafo, mostra que o autor não é favorável ao uso do trema.
- (C) No texto, afirma-se que a ausência do trema é prejudicial aos estrangeiros e aos falantes de português que desconheçam alguma palavra.
- (D) O trema tornou-se obrigatório em Pindorama, mas foi abolido no Brasil.
- (E) Como o trema era desnecessário para os brasileiros, que já sabiam pronunciar as palavras, ele foi abolido da norma-padrão da língua portuguesa.

2

Assinale a alternativa correta em relação à colocação pronominal no texto.

- (A) No excerto “[...] a maioria se impôs e ficamos sem ‘lingüiça’, ‘seqüestro’ e ‘cinquenta’.”, o pronome em destaque poderia vir mesoclítico ao verbo “impôs”.
- (B) Em “Era mais fácil nós pararmos de usar o ‘ü’ do que os outros países se acostumarem a usá-lo.”, o pronome não poderia aparecer após o verbo “acostumarem”.
- (C) No excerto “O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943.”, a expressão em destaque poderia ser “tornou-se”, sem prejuízo sintático à oração.
- (D) Em “Sem ele, com o tempo, muitas se deformariam.”, a oração destacada também poderia ser grafada como: “muitas deformariam-se”, sem prejuízo sintático.
- (E) No trecho “[...] e os falantes do português apenas quando se trata de uma palavra desconhecida [...]”, o pronome destacado poderia aparecer enclítico ao verbo “trata”.

3

Assinale a alternativa correta a respeito de vocábulos do texto.

- (A) O termo “padronização”, no primeiro parágrafo, pode ser substituído por “sugestão”, sem prejuízo de sentido ao texto.
- (B) Em “Pode parecer uma minúcia, mas o trema era útil na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar.”, o conectivo em destaque tem o mesmo sentido de “contudo”.
- (C) No excerto “O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943.”, o termo em destaque é sinônimo de “incentivado”.
- (D) O vocábulo “abolição”, presente no sexto parágrafo do texto, é considerado antônimo de “revogação”.
- (E) No trecho “Ou seja: se você sente saudade do trema, você não está sozinho.”, a expressão destacada indica consentimento.

4

Assinale a alternativa cuja função do termo destacado é a mesma do vocábulo sublinhado em: “Eles admitem que o sinal é desnecessário para quem já sabe pronunciar as palavras.”.

- (A) “[...] o inconveniente afeta mais os estrangeiros, que não conhecem a pronúncia [...]”.
- (B) “Era mais fácil nós pararmos de usar o ‘ü’ do que os outros países se acostumarem a usá-lo.”
- (C) “Esse sinal avisava que o falante deveria pronunciar a letra ‘u’ depois de um ‘q’ ou ‘g’.”
- (D) “[...] mas o trema era útil na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar.”
- (E) “[...] o correto é dizer ‘quinqüênio’ com as duas letras ‘u’, algo que todo mundo saberia [...]”.

5

A respeito da concordância e da regência verbais e nominais em excertos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) No excerto “Esse sinal avisava que o falante deveria pronunciar a letra ‘u’ [...]”, o verbo em destaque rege preposição “de”, resultando na sentença: “[...] avisava de que [...]”.
- (B) Em “[...] a maioria se impôs e ficamos sem ‘lingüiça’, ‘seqüestro’ e ‘cinquenta’.”, o verbo destacado pode ser substituído por “ficou”, concordando com “a maioria”, sem prejuízo de sentido ao texto.
- (C) No excerto “[...] mas o trema era útil na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar.”, caso o vocábulo destacado fosse para o plural, o verbo “havia” se tornaria “havam”.
- (D) Em “[...] o inconveniente afeta mais os estrangeiros, que não conhecem a pronúncia [...]”, o verbo destacado poderia ser flexionado para o plural, concordando com “os estrangeiros”.
- (E) No excerto “Por padronização, de maneira muito resumida.”, o termo em destaque poderia ser substituído por “De”, sem prejuízo sintático ou semântico ao texto.

6

Assinale a alternativa correta quanto à acentuação e à pontuação em excertos do texto.

- (A) No trecho “Na época, muitos linguistas brasileiros ficaram insatisfeitos com a abolição do trema [...]”, a vírgula após a expressão em destaque é obrigatória.
- (B) Em “Ou seja: nós abraçamos esse sinal diacrítico apenas dois anos antes de Portugal abandoná-lo para todo o sempre.”, os dois-pontos podem ser substituídos por uma vírgula.
- (C) No excerto “O gramático Gladstone Chaves de Melo, morto em 2001, já considerava a abolição do trema [...]”, os dois termos destacados foram acentuados pela mesma regra gramatical.
- (D) Em “Ou seja: se você sente saudade do trema, você não está sozinho.”, a vírgula empregada após o termo em destaque é facultativa.
- (E) Os vocábulos “lusófono” e “útil”, presentes em diferentes parágrafos do texto, levam acento agudo pela mesma regra de acentuação gramatical.

7

Assinale a alternativa correta a respeito dos processos de formação de palavras dos vocábulos em destaque.

- (A) Em “Por padronização, de maneira muito resumida.”, o termo destacado leva o sufixo “-ção”, o qual formou um substantivo a partir de um verbo.
- (B) No excerto “[...] na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar.”, o vocábulo em destaque é derivado do substantivo “pronúncia”.
- (C) Em “O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943.”, o termo sublinhado é formado por composição por justaposição.
- (D) No trecho “Na época, muitos linguistas brasileiros ficaram insatisfeitos com a abolição do trema [...]”, o vocábulo em destaque leva o prefixo “-línqua”.
- (E) No excerto “Eles admitem que o sinal é desnecessário para quem já sabe pronunciar as palavras.”, o termo destacado é formado por derivação prefixal e sufixal.

8

Considere o seguinte excerto e, a respeito dos termos e das expressões destacados, assinale a alternativa correta.

“O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943. Ou seja: nós abraçamos esse sinal diacrítico apenas dois anos antes de Portugal abandoná-lo para todo o sempre. Faltou comunicação transatlântica (na época, claro, o mundo estava passando pela 2ª Guerra, Brasil e Portugal eram ditaduras e os países africanos lusófonos ainda eram colônias).”.

- (A) Em “Ou seja: nós abraçamos esse sinal diacrítico [...]”, o sujeito em destaque refere-se, semanticamente, a todas as pessoas de países lusófonos.
- (B) No excerto “[...] nós abraçamos esse sinal diacrítico apenas dois anos antes de Portugal abandoná-lo para todo o sempre.”, a partícula destacada faz referência ao Formulário Ortográfico de 1943.
- (C) Em “Faltou comunicação transatlântica [...]”, a expressão destacada funciona como complemento do verbo “faltou”.
- (D) No trecho “O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943.”, a expressão destacada expressa o modo como algo aconteceu.
- (E) No excerto “[...] Brasil e Portugal eram ditaduras [...]”, o termo em destaque funciona como caracterizador do sujeito “Brasil e Portugal”.

9

Assinale a alternativa correta quanto à ortografia e às relações semânticas entre as palavras do texto.

- (A) O termo “exceção”, no primeiro parágrafo, tem dupla grafia e também pode ser escrito como “excessão”.
- (B) O vocábulo “ratificado”, no segundo parágrafo, é sinônimo de “confirmado”.
- (C) O termo “minúcia”, no quarto parágrafo, pode ser substituído, no texto, por “exorbitância”, sem prejuízo de sentido.
- (D) O vocábulo “saudade”, no último parágrafo, deveria estar grafado no plural, de acordo com a norma-padrão: “saudades”.
- (E) “Portugal”, termo presente no quinto parágrafo, é considerado um hiperônimo de “país”.

10

Assinale a alternativa correta sobre a estrutura do texto de apoio.

- (A) Por se tratar de um texto narrativo, nota-se a presença de muitas expressões de tempo e de lugar ao longo do texto.
- (B) O texto é predominantemente argumentativo, pois expõe os fatos com imparcialidade, informa fatos reais e sua linguagem é objetiva e direta.
- (C) Trata-se de uma sequência explicativa, com algumas marcas opinativas, na qual há explicações sobre a abolição do trema, bem como informações sobre o assunto e o contexto histórico.
- (D) O texto em questão pertence à sequência descritiva, uma vez que há descrição de fatos e situações que envolvem o uso do trema.
- (E) A sequência injuntiva é predominante no texto, visto que há interações e diálogos com o leitor.

Informática

11

Em uma sala de aula, um técnico administrativo precisa projetar a tela do computador em um telão para que todos os participantes possam visualizar o conteúdo. O dispositivo escolhido para receber o sinal de vídeo do computador e apresentar o resultado em uma superfície maior foi o projetor. O projetor é corretamente classificado como um periférico de

- (A) entrada, pois o projetor recebe a informação do computador.
- (B) processamento, pois o projetor processa o sinal de vídeo para exibi-lo.
- (C) entrada e saída (misto), devido à sua capacidade de receber e projetar dados.
- (D) saída, pois sua função é exibir os dados já processados pelo sistema para o usuário.
- (E) comunicação, pois estabelece uma conexão entre o computador e o telão.

12

Os softwares utilitários são programas que auxiliam o usuário na manutenção, segurança, otimização e gerenciamento de recursos do computador. Assinale a alternativa que NÃO apresente a um software utilitário.

- (A) CCleaner.
- (B) WinRAR.
- (C) Windows Defender.
- (D) WinZip.
- (E) Microsoft Word.

13

Com base na utilização dos atalhos de teclado do Windows 11, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

(Obs.: o caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.)

1. Windows + Tab
2. Windows + A
3. Windows + D
4. Windows + Shift + S

- () Inicia a ferramenta de Captura de Tela (Snipping Tool) para capturar parte da tela.
- () Alterna entre o estado anterior e a exibição da Área de Trabalho.
- () Abre o painel de Configurações Rápidas (Quick Settings) para acesso a Wi-Fi, volume e brilho.
- () Abre a Visão de Tarefas (Task View) para gerenciar Áreas de Trabalho Virtuais e janelas abertas.

- (A) 4 – 2 – 1 – 3.
- (B) 3 – 4 – 2 – 1.
- (C) 4 – 3 – 2 – 1.
- (D) 2 – 1 – 3 – 4.
- (E) 1 – 4 – 3 – 2.

14

Hipoteticamente, com a chegada de novos servidores ao IFPB, a Diretoria-Geral (DG) solicitou ao setor de pessoal que verificasse quantos servidores de Nível C ainda estão ativos no quadro da instituição. A planilha do Excel 365 (em português) com os servidores ativos da instituição contém as colunas: Servidor, Nível de Classificação e Vencimento Básico, conforme o seguinte exemplo:

	A	B	C
1	Servidor	Nível de Classificação	Vencimento Básico
2	Mario	Nível C	R\$ 2.483,52
3	Eduardo	Nível D	R\$ 3.029,90
4	Vanessa	Nível E	R\$ 4.967,04
5	Felipe	Nível C	R\$ 2.483,52
6	Gerson	Nível E	R\$ 4.967,04
7	Renato	Nível E	R\$ 4.967,04
8	Thiago	Nível D	R\$ 3.029,90

Considerando essa planilha, qual fórmula deve ser utilizada para calcular automaticamente o número de servidores que estão no Nível C, sem filtrar manualmente as informações?

- (A) =CONT.SE(B2:B8;"Nível C")
- (B) =SOMASE(B2:B8;"Nível C";C2:C8)
- (C) =CONT.NÚM(B2:B8;"Nível C";C2:C8)
- (D) =CONCATENAR(B2:B8;"Nível C")
- (E) =PROCV("Nível C";B2:D8;3;FALSO)

15

Em casos de detecção de malwares complexos como os Rootkits, o software antivírus, após a identificação, geralmente move o arquivo infectado para uma área isolada. Qual é o nome dessa área e qual é o seu propósito?

- (A) Sandbox, cuja finalidade é permitir que o malware se propague em um ambiente de teste controlado.
- (B) Cache, cuja finalidade é otimizar o acesso à base de dados de assinaturas.
- (C) Quarentena, cuja finalidade é isolar os arquivos infectados em um local seguro onde eles não podem ser executados, acessados ou causar danos ao sistema.
- (D) Kernel, cuja finalidade é garantir que a remoção do malware ocorra com privilégios de administrador.
- (E) Vault, cuja finalidade é armazenar as senhas e informações de login furtadas pelo Rootkit.

16

Para que um navegador consiga localizar e exibir o conteúdo de um servidor web, ele utiliza um endereço padronizado que identifica unicamente o recurso na internet. Esse endereço não apenas indica o domínio, mas também o protocolo a ser usado e o caminho específico do recurso.

A representação textual completa de um endereço de recurso na Web, como <https://www.exemplo.ifpb.edu.br/pre/processos-seletivos-1>, que define o protocolo, o domínio e o caminho do recurso, é corretamente denominada

- (A) URL (Uniform Resource Locator).
- (B) IP (Internet Protocol).
- (C) DNS (Domain Name System).
- (D) HTML (HyperText Markup Language).
- (E) LAN (Local Area Network).

17

Um técnico administrativo em educação está trabalhando com múltiplas guias abertas no navegador Google Chrome. Ele precisa acessar rapidamente uma guia específica que foi fechada por engano há poucos minutos, contendo informações cruciais para a sua tarefa atual. Para recuperar a última guia fechada de forma eficiente e sem a necessidade de navegar pelo histórico completo, qual é o atalho de teclado que o técnico deve utilizar?

(Obs.: o caractere "+" foi utilizado apenas para interpretação.)

- (A) Ctrl + Shift + F
- (B) Ctrl + Z
- (C) Ctrl + Shift + T
- (D) Ctrl + Alt + Del
- (E) Ctrl + N

18

O malware conhecido como Cavalo de Troia (Trojan) é amplamente utilizado por atacantes. Sua característica definidora não é o método de replicação, mas sim a sua forma de distribuição e execução inicial. O Cavalo de Troia se distingue dos Vírus e Worms

- (A) pela sua capacidade de se replicar automaticamente pela rede, explorando vulnerabilidades sem a interação do usuário.
- (B) porque sua principal ação é criptografar arquivos do sistema operacional para exigir um pagamento de resgate.
- (C) porque, no Trojan, o código malicioso se anexa a arquivos executáveis legítimos e se espalha junto com eles.
- (D) porque ele se disfarça de programa legítimo e, dessa forma, é útil para enganar o usuário a instalá-lo voluntariamente, criando uma porta de acesso.
- (E) porque ele opera no nível de kernel do sistema operacional para ocultar a presença de outros softwares maliciosos.

19

Com a convocação dos novos técnicos administrativos em educação, o setor de Recursos Humanos do IFPB solicitou o preenchimento de formulário de atualização cadastral. No documento, os servidores informaram nome completo, CPF, endereço, e-mail e número da conta bancária.

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as informações fornecidas nesse formulário são classificadas como

- (A) dados pessoais.
- (B) dados anonimizados.
- (C) dados pessoais sensíveis.
- (D) dados pseudonimizados.
- (E) dados privados.

20

No Excel 365 (em português), uma das funções mais utilizadas é a função DATA(), usada para construir uma data válida. Essa função é amplamente empregada em planilhas que lidam com cálculos de datas, prazos e registros temporais. Com base no funcionamento dessa função, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () No Excel, as datas são armazenadas internamente como números de série.
 - () O número de série 1 corresponde a 01/01/1900.
 - () A função aceita meses fora do intervalo 1–12, ajustando os meses excedentes para o ano seguinte.
 - () A estrutura correta da função é =DATA(ano; mês; dia).
- (A) V – F – V – V.
 - (B) F – F – V – V.
 - (C) V – V – F – V.
 - (D) V – V – V – V.
 - (E) F – F – V – F.

Legislação

21

A Educação é essencial para a transmissão de conteúdos e o desenvolvimento do pensamento crítico, sendo essencial para a evolução social. Diante da importância da educação e sobre o sistema de ensino brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito constitui interesse público geral, cabendo ao Estado promovê-lo conforme disponibilidade orçamentária, sem que disso decorra direito subjetivo.
- (B) O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Estado, ainda que por motivos de limitação financeira, não gera responsabilização pessoal da autoridade competente, uma vez que o ensino é dever coletivo da sociedade.
- (C) A Constituição assegura o acesso ao ensino obrigatório e gratuito apenas às crianças em idade escolar regular, não se estendendo o direito a jovens e adultos que não o concluíram na idade própria.
- (D) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sendo que o indivíduo pode exigir judicialmente sua efetivação, pois a omissão ou a oferta irregular causa a responsabilização da autoridade pública.
- (E) A responsabilidade da autoridade competente pelo não oferecimento do ensino obrigatório limita-se à esfera administrativa, não podendo gerar consequências de natureza civil ou penal.

22

A Constituição Federal de 1988, ao tratar da autonomia universitária, estabelece fundamentos que asseguram às universidades um papel essencial no desenvolvimento científico e social do país. Com base no texto constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) A autonomia universitária abrange dimensões didático-científica, administrativa e pedagógica, permitindo às universidades a edição de normas próprias com força de lei, inclusive em matéria orçamentária.
- (B) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é princípio que se aplica apenas às universidades públicas, em razão de seu financiamento majoritário pelo poder público.
- (C) As universidades possuem autonomia para organizar seus cursos, currículos e métodos de ensino, mas estão sujeitas à supervisão e regulação do Poder Executivo Federal no que tange à gestão financeira e patrimonial.
- (D) A autonomia universitária compreende as dimensões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sendo aplicado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- (E) O disposto da Constituição Federal aplica-se especificamente às universidades públicas, não alcançando as instituições privadas nem as entidades de pesquisa científica e tecnológica.

23

Após ser aprovada em concurso público para o cargo de professora do magistério federal, Maria foi nomeada e tomou posse em 27 de outubro de 2023, iniciando oficialmente sua trajetória na rede pública de ensino superior. Desde então, passou a exercer atividades docentes e pedagógicas vinculadas à sua função, sob o regime jurídico dos servidores públicos federais. Nesse início de carreira, ainda não possuía estabilidade funcional, uma vez que essa garantia constitucional somente é adquirida após o cumprimento e a aprovação no estágio probatório, período destinado à avaliação de sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo.

Com base na Lei Federal nº 8.112/1990, acerca do estágio probatório dos servidores públicos da área da educação, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Maria, durante o estágio probatório, poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
- II. Quatro meses antes do término do estágio probatório, o desempenho funcional de Maria deverá ser submetido à avaliação, cuja homologação caberá à autoridade competente.
- III. Durante o estágio probatório, será avaliado se Maria tem aptidão e capacidade para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade.
- IV. O estágio probatório de Maria não ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente.

- (A) Apenas I e II.
(B) Apenas II, III e IV.
(C) Apenas I, II e III.
(D) Apenas III e IV.
(E) I, II, III e IV.

24

Renato, servidor público do IFPB, decidiu realizar uma pesquisa acerca do tempo de serviço prestado à Administração Pública e dos direitos estatutários. Após criteriosa avaliação da Lei nº 8112/1990, referente à aposentadoria por tempo de serviço, ele descobriu corretamente que

- (A) não serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude do exercício de cargo ou função de governo ou administração.
- (B) serão computados o tempo de serviço público federal, inclusive o prestado às Forças Armadas em tempo de guerra.
- (C) a apuração do tempo de serviço será feita em meses, que serão convertidos em anos, evitando prejuízos ao servidor.
- (D) será computado, apenas para efeito de promoção, aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social.
- (E) será contado em dobro o tempo de serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra.

25

Um servidor público, em exercício no IFPB, desempenha suas funções educacionais com o compromisso de promover a formação cidadã e técnica dos estudantes, integrando ensino, pesquisa e extensão. No exercício de suas atribuições, deve pautar sua conduta pelos princípios éticos e legais que regem a Administração Pública, observando, em especial, as disposições do Decreto Federal nº 1.171/1994, que institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Com fundamento nesse diploma normativo e considerando a relevância da ética na atuação dos profissionais da educação pública federal, assinale a alternativa correta acerca dos deveres funcionais desse servidor do magistério federal.

- (A) Eximir-se de prestar contas de suas atividades funcionais, quando solicitado, para resguardar a autonomia de suas decisões e a confidencialidade do serviço público.
- (B) Tratar os usuários do serviço público de forma impessoal e distante, evitando demonstrações de cortesia que possam comprometer a neutralidade do atendimento.
- (C) Buscar, sempre que possível, satisfazer interesses particulares desde que não haja prejuízo imediato ao erário.
- (D) Negar-se a receber ordens superiores que contrariem seus interesses pessoais, ainda que compatíveis com o interesse público.
- (E) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

26

De acordo com a Lei nº 9.394/1996, os docentes possuem atribuições específicas relacionadas à dimensão pedagógica, avaliativa e social do processo educativo. Considerando as disposições legais, assinale a alternativa correta quanto às incumbências atribuídas aos docentes na educação básica.

- (A) Compete aos docentes especificadamente a ministração dos conteúdos programáticos e a elaboração de instrumentos avaliativos, não sendo de sua responsabilidade o planejamento pedagógico ou a articulação com a comunidade escolar.
- (B) Os docentes são responsáveis por elaborar e cumprir o plano de trabalho de forma autônoma, podendo divergir da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, desde que garantam a aprendizagem dos alunos.
- (C) Cabe aos docentes zelar pelo ensino, participar da elaboração da proposta pedagógica, estabelecer estratégias de recuperação para os discentes com menor rendimento, ministrar os dias letivos e as horas-aula previstos.
- (D) As funções docentes restringem-se à execução de tarefas de ensino em sala de aula, não abrangendo a participação em atividades de planejamento, formação continuada ou articulação institucional.
- (E) Aos docentes incumbe, pormenorizadamente, acompanhar o desempenho dos estudantes, sendo facultativa a participação em atividades de planejamento e avaliação institucional.

27

A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estabelece normas para o tratamento de dados pessoais, inclusive nos órgãos e instituições de ensino públicos e privados, garantindo aos titulares o direito à privacidade e ao controle sobre suas informações. Na área da educação, a observância da LGPD é fundamental para assegurar o uso ético e seguro dos dados de estudantes, professores e servidores, abrangendo desde matrículas e registros acadêmicos até plataformas virtuais de aprendizagem. Com base na referida lei e considerando sua aplicação no âmbito educacional, assinale a alternativa correta acerca dos direitos do titular de dados pessoais.

- (A) O titular dos dados pessoais poderá solicitar a eliminação de suas informações, sendo vedado o acesso direto aos dados tratados pelo controlador, a fim de resguardar o sigilo das operações internas.
- (B) O controlador está dispensado de fornecer informações sobre o tratamento de dados pessoais, exceto quando houver determinação judicial expressa para tanto.
- (C) O titular dos dados pessoais tem o direito exclusivo de revogar o consentimento concedido, não sendo possível exercer outras faculdades, como portabilidade ou bloqueio de dados.
- (D) É direito do titular requerer ao controlador, a qualquer momento, a confirmação da existência de tratamento, o acesso aos dados, e a correção de informações incompletas, inexatas ou desatualizadas.
- (E) Após decisão da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é que o titular poderá obter do controlador qualquer informação relativa ao tratamento de seus dados pessoais.

28

No âmbito das instituições públicas de ensino, como os Institutos Federais e as universidades federais, a correta aplicação da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), e de seu regulamento, o Decreto nº 7.724/2012, que estabelecem normas e princípios voltados à gestão da informação pública, é essencial para garantir a transparência administrativa, o controle social e o fortalecimento da gestão democrática da educação, especialmente na divulgação de dados sobre orçamento, contratos, projetos pedagógicos e resultados institucionais. Com base nessas definições legais e considerando sua importância para a gestão da informação educacional e a transparência pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Informação sigilosa é aquela de interesse público geral, disponível a qualquer cidadão mediante simples requerimento, independentemente de restrições legais.
- (B) Dados processados correspondem a informações mantidas em formato físico, ainda não submetidas a tratamento eletrônico ou automatizado.
- (C) Informação pessoal refere-se a dados de interesse coletivo, vinculados à atuação institucional dos órgãos públicos, sem relação direta com a pessoa natural identificada.
- (D) Autenticidade da informação consiste na qualidade que garante seu acesso irrestrito por qualquer indivíduo, independentemente de autorização.
- (E) Documento é toda unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato, sendo elemento essencial da gestão da informação pública.

29

No âmbito das instituições públicas de ensino, como universidades e Institutos Federais, a aplicação da Lei nº 14.133/2021, que institui a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pode contribuir para o fomento à economia local, o estímulo à inovação tecnológica e a sustentabilidade nas compras públicas, fortalecendo o compromisso da Administração com os princípios constitucionais da eficiência e da promoção do interesse público. Com base no disposto na referida lei e considerando a sua relevância para as contratações públicas na área educacional, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Executivo federal poderá, mediante decisão fundamentada, estabelecer margem de preferência de até 10% para bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- (B) A margem de preferência poderá ser aplicada especificamente a bens importados, desde que haja previsão específica no edital e comprovação de qualidade superior em relação aos produtos nacionais.
- (C) A margem de preferência é obrigatória para todos os processos licitatórios e deve ser aplicada indistintamente a produtos recicláveis, nacionais e importados.
- (D) A lei veda a extensão da margem de preferência a bens e serviços originários de Estados Partes do Mercosul, mesmo em situações de reciprocidade prevista em acordos internacionais.
- (E) A margem de preferência poderá ser concedida especificadamente a bens manufaturados produzidos no território nacional, não se aplicando a serviços nem a critérios de sustentabilidade ambiental.

30

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), assegura a todos os cidadãos o direito de receber informações públicas de interesse coletivo ou geral, promovendo a transparência administrativa e o controle social sobre as ações do Estado e também prevê limites à restrição de acesso a informações, especialmente quando relacionadas à defesa de direitos fundamentais ou à investigação de violações de direitos humanos. Com base nas disposições da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- (B) A Lei de Acesso à Informação permite restringir o acesso a informações sobre direitos fundamentais se o órgão entender que o sigilo é conveniente para proteção administrativa.
- (C) Informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação de direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ter seu acesso restringido.
- (D) O disposto na Lei não exclui outras hipóteses legais de sigilo, incluindo segredo de justiça ou segredo industrial relacionado a atividades econômicas do Estado ou de entidades privadas vinculadas ao poder público.
- (E) As informações podem ser acessadas sem restrição quando não houver previsão legal de sigilo ou segredo específico, respeitando os limites da lei.

Conhecimentos Específicos

31

Considerando o arquivo como um “lugar” responsável pelo tratamento, preservação e custódia de conjuntos documentais orgânicos – podendo se configurar como uma unidade administrativa ou uma instituição arquivística –, é possível classificá-lo de diferentes maneiras, conforme suas características e finalidades. Nesse sentido, a classificação dos arquivos em “singulares” e “múltiplos” fundamenta-se em qual critério?

- (A) Classificação pela vinculação jurídica dos produtores dos documentos.
- (B) Classificação pela localização dentro da organização e dos edifícios da instituição.
- (C) Classificação pela finalidade do uso dos documentos.
- (D) Classificação pela idade dos documentos custodiados.
- (E) Classificação pela quantidade de instituições atendidas.

32

Conforme o Plano de Classificação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), qual código deve ser atribuído ao documento a seguir?

Solicitação (documento):

À Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA)
Instituto Federal da Paraíba – IFPB

Prezados(as) membros(as) da CEUA,

Solicito o registro e a avaliação ética do projeto de pesquisa intitulado “Avaliação dos efeitos de diferentes protocolos anestésicos em cães submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos”, sob minha responsabilidade como pesquisador responsável.

O estudo será desenvolvido no âmbito do Curso de Medicina Veterinária do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e tem como objetivo comparar parâmetros fisiológicos e comportamentais de cães submetidos a distintos protocolos anestésicos utilizados em cirurgias de rotina. Serão utilizados 20 cães adultos, de ambos os sexos, conforme descrito no protocolo em anexo.

O projeto seguirá as normas da Lei nº 11.794/2008, do Decreto nº 6.899/2009 e as diretrizes do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), garantindo o bem-estar dos animais em todas as etapas.

Anexos a esta solicitação:

1. Formulário de submissão;
2. Projeto completo;
3. Declaração de responsabilidade;
4. Informações técnicas dos animais e do local do experimento.

Agradeço a atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Fulano de Tal Pesquisador responsável – Curso de Medicina Veterinária Instituto Federal da Paraíba – IFPB

- (A) 261.1 Ética em pesquisa. Pesquisa em seres humanos. Comitê de Ética.
- (B) 261.2 Ética em pesquisa. Pesquisa em seres humanos. Registro da pesquisa.
- (C) 262.1 Ética em pesquisa. Pesquisa em animais. Comissão de ética.
- (D) 262.2 Ética em pesquisa. Pesquisa em animais. Registro da pesquisa.
- (E) 263.2 Ética em pesquisa. Biossegurança. Registro da pesquisa.

33

Considerando que os documentos do IFPB relacionados à extensão foram organizados segundo o método mnemônico, assinale a alternativa que apresenta o esquema de organização adotado por esse método.

- (A) EXT – Extensão
 - NOR – Normatização. Regulamento
 - PROG – Programa de extensão
 - PROJ – Projeto de extensão
- (B) 300 – Extensão
 - 310 – Normatização. Regulamentação
 - 320 – Programas de extensão
 - 330 – Projetos de extensão
- (C) 3 – Extensão
 - 3.1 – Normatização. Regulamento
 - 3.2 – Programas de extensão
 - 3.3 – Projetos de extensão
- (D) Extensão
 - Normatização. Regulamento (extensão)
 - Programas de extensão
 - Projetos de extensão
- (E) Extensão
 - Normatização. Regulamento
 - Programas de extensão
 - Projetos de extensão

34

A direção do IFPB solicitou ao arquivista responsável pelo protocolo a retirada de um ofício de um processo administrativo, com o objetivo de instaurar um novo processo a partir desse documento. Considerando as normas e regras de protocolo, qual procedimento o arquivista deve adotar para a correta tramitação dos documentos envolvidos?

- (A) Anexação.
- (B) Apensação.
- (C) Desmembramento.
- (D) Desentranhamento.
- (E) Desapensação.

35

Durante a realização da análise tipológica, o arquivista deve considerar diversos elementos, de acordo com a necessidade de informações específicas. No exame do processo relativo à estrutura curricular do curso de Biologia do IFPB, o arquivista identificou determinadas informações referentes a um dos itens da análise tipológica, tais como: propostas dos respectivos departamentos de ensino, pareceres, currículos vigentes e ofícios. O item da análise tipológica a que correspondem essas informações é

- (A) Tramitação.
- (B) Documentos que compõem o processo.
- (C) Tipo.
- (D) Ordenação.
- (E) Suporte.

36

A partir da análise da seguinte tabela de temporalidade arquivística das IFES, assinale a alternativa correta.

Código	Assunto	Prazo de guarda		Destinação Final
		Fase Corrente	Fase Intermediária	
134.33 Defesa de dissertação e tese				
134.331	Indicação, aceite e substituição de orientado e coorientador	Até a conclusão do curso	1 ano	Eliminação
134.332	Bancas examinadoras: indicação e atuação	Até a conclusão do curso	1 ano	Guarda Permanente
134.333	Prorrogação de prazo para a defesa	Até a conclusão do curso	1 ano	Eliminação
134.334	Dissertação e tese.	Até a conclusão do curso	1 ano	Guarda Permanente

- (A) O pedido formal de prorrogação de prazo para a defesa da tese de doutorado, apresentado sob a forma de requerimento, configura-se como documento de valor secundário após a conclusão do processo de avaliação documental.
- (B) As dissertações de mestrado devem ser preservadas enquanto perdurar o vínculo do aluno com o programa de pós-graduação, não sendo necessário seu arquivamento permanente após a conclusão desse vínculo.
- (C) O formulário de indicação da banca examinadora deve ser eliminado após a publicação da dissertação ou tese que foi avaliada por essa banca.
- (D) O requerimento de substituição de professor orientador deverá ser eliminado uma vez concluído o processo de avaliação documental correspondente.
- (E) As solicitações dos alunos referentes à escolha de professor orientador devem ser recolhidas ao arquivo permanente, enquanto as solicitações relativas aos professores coorientadores podem ser eliminadas após os trâmites administrativos pertinentes.

37

Ao assumir, em um Instituto Federal, as atividades em um setor que nunca passou por tratamento arquivístico prévio, qual é a medida inicial que o arquivista deve adotar para fundamentar a proposição de ações de organização e gestão documental?

- (A) Realizar um diagnóstico da situação arquivística do setor.
- (B) Separar os documentos referentes às atividades-fim e às atividades-meio do setor.
- (C) Higienizar os documentos do setor.
- (D) Difundir os documentos referentes às atividades-fim do setor.
- (E) Digitalizar os documentos.

38

De acordo com as “Diretrizes para o tratamento técnico de arquivos relacionados à arquitetura e ao ambiente construído” (Resolução Conarq nº 56), relacione os documentos a seguir com a fase de elaboração a que pertencem e assinale a alternativa correta.

- I. Programa Geral de Necessidades (PGN).
 - II. Estudo de Viabilidade do Empreendimento (EVE).
 - III. Estudo de Viabilidade de Arquitetura (EV-ARQ).
- A. Fase de preparação.
 - B. Fase de elaboração e desenvolvimento de projetos técnicos.

- (A) I-B; II-A; III-A.
- (B) I-B; II-B; III-A.
- (C) I-B; II-A; III-B.
- (D) I-A; II-B; III-A.
- (E) I-A; II-A; III-B.

39

Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma atribuição da Câmara Técnica de Avaliação de Arquivos Privados e Comunitários de acordo com o Decreto nº 12.599/2025.

- (A) Receber as propostas de declaração de interesse público e social de acervos privados e comunitários e instruir o processo de avaliação.
- (B) Convidar especialistas para análise dos acervos privados e comunitários, quando necessário.
- (C) Coordenar as atividades de organização e difusão de acervos considerados de interesse público e social.
- (D) Emitir parecer conclusivo sobre o interesse público e social dos acervos privados e comunitários para apreciação do Plenário do Conarq.
- (E) Subsidiar o monitoramento dos acervos declarados como de interesse público e social pelo Poder Executivo federal.

40

A atuação de profissionais voltados à organização e preservação de documentos antecede, no Brasil, o reconhecimento legal da profissão de arquivista. Entretanto a regulamentação formal dessa atividade somente ocorreu em um momento específico da história contemporânea do país. Tendo isso em vista, em que ano e por meio de qual instrumento jurídico se deu a regulamentação da profissão de arquivista no Brasil?

- (A) Em 1838, por meio do Regulamento nº 2 do mesmo ano, em que também foi criado e regulamentado o Arquivo do Império.
- (B) Em 1978, por meio da Lei nº 6.546, que regulamenta o exercício da profissão de arquivista e técnico de arquivo.
- (C) Em 1826, como resultado direto da Constituição do Império Brasileiro de 1824, em que foi criado o Arquivo do Senado Federal.
- (D) Em 1945, por meio do Decreto-Lei nº 7.420, que instituiu a carreira de arquivista no Ministério da Fazenda.
- (E) Em 1951, por meio da Lei nº 366/1951, que criou a carreira de arquivologista no Estado da Bahia.

41

O arquivista da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis de um Instituto Federal deve proceder à organização dos documentos permanentes conforme o quadro de arranjo documental da respectiva unidade. Nesse processo, é fundamental que ele observe o critério adequado para garantir a manutenção da organicidade e da autenticidade do acervo. Tendo isso em vista, assinale a alternativa que apresenta o critério a ser observado para que o arquivista realize de forma adequada o arranjo dos documentos.

- (A) O tema central de cada documento, agrupando-os por assuntos considerados mais relevantes para um programa de difusão documental.
- (B) A cronologia dos documentos, organizando-os em ordem temporal para evidenciar a evolução das atividades institucionais.
- (C) A relação funcional e orgânica entre os documentos, preservando a estrutura original do conjunto produzido.
- (D) O tipo físico dos documentos, separando-os de acordo com o suporte (papel, fotografia, digital) com vistas à conservação.
- (E) O valor informativo e histórico de cada peça documental, privilegiando aquelas consideradas mais relevantes para os pesquisadores.

42

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação de um Instituto Federal publicou uma série de instrumentos de pesquisa referentes ao seu arquivo permanente. O primeiro instrumento tratou das funções e atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria; no ano seguinte, foi publicado um segundo instrumento, voltado à caracterização da Pró-Reitoria como entidade custodiadora; por fim, divulgou-se um terceiro instrumento, dedicado à descrição do fundo, das séries e das peças documentais. Considerando essa sequência de publicações, quais normas arquivísticas orientaram a elaboração e a ordem de divulgação desses instrumentos de pesquisa?

- (A) 1º - ISDF; 2º - ISDIAH; 3º - ISAD (g).
- (B) 1º - ISDF; 2º - ISAAR - CPF; 3º - ISAD (g).
- (C) 1º - ISAAR - CPF; 2º - ISDIAH; 3º - ISAD (g).
- (D) 1º - ISAAR - CPF; 2º - ISDIAH; 3º - ISDF.
- (E) 1º - ISAAR - CPF; 2º - ISAD (g); 3º - ISDF.

43

Considere que a seguinte Área de Identificação, conforme definida pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), corresponde ao último nível descrito pela equipe de arquivistas responsável pela elaboração do instrumento de pesquisa referente ao acervo da Pró-Reitoria de Extensão do IFPB:

Área de identificação

Código de referência: BR IFPB PREXT 341 QUI.06/2025

Título: Proposta de extensão “Química no cotidiano: experimentação e educação científica para comunidades escolares”.

Data: 06/06/2025

Nível de Descrição: item (5)

Dimensão e suporte: textual, 76 páginas.

Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta qual instrumento de pesquisa foi elaborado.

- (A) Índice.
- (B) Edição de fontes.
- (C) Guia.
- (D) Inventário.
- (E) Catálogo.

44

A Resolução Conarq nº 58/2025 institui a Câmara Técnica Consultiva de Terminologia Arquivística. São objetivos dessa Câmara:

- I. a identificação dos termos e indicação das normas do Conarq com necessidade de revisão quanto à padronização terminológica;
- II. o desenvolvimento de iniciativa piloto de registro de termos, conceitos e normas arquivísticas;
- III. alinhamento internacional dos termos, conceitos e normas arquivísticas.

Está(ão) correto(s):

- (A) apenas II.
- (B) apenas I.
- (C) apenas I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) apenas II e III.

45

Assinale a alternativa que apresenta a forma como deve ser inserida, no microfilme, a sinalética “início do rolo”, representada a seguir, considerando as configurações técnicas adequadas ao processo de microfilmagem.



- (A) Tamanho da fonte igual ou superior a 70 pontos, correspondendo a 18 milímetros ou mais, devendo-se preferir o uso da fonte Times New Roman.
- (B) Tamanho da fonte igual ou superior a 70 pontos, correspondendo a 18 milímetros ou mais, devendo-se preferir o uso da fonte Arial.
- (C) Tamanho da fonte igual ou superior a 14 pontos, correspondendo a 7 milímetros ou mais, devendo-se preferir o uso da fonte Times New Roman.
- (D) Tamanho da fonte igual ou superior a 14 pontos, correspondendo a 7 milímetros ou mais, devendo-se preferir o uso da fonte Arial.
- (E) Tamanho da fonte igual ou superior a 14 pontos, correspondendo a 18 milímetros ou mais, devendo-se preferir o uso da fonte Times New Roman.

46

Quais substâncias químicas são comumente empregadas na fumigação para preservação de documentos arquivísticos?

- (A) Ácido acético; óxido de etileno; timol.
- (B) Ácido acético; brometo metílico; óxido de etileno.
- (C) Brometo metílico; óxido de etileno; timol.
- (D) Brometo metílico; óxido de etileno; cloreto de sódio.
- (E) Ácido acético; brometo metílico; timol.

47

Como se denomina a técnica de restauração documental que envolve a aplicação de um reforço de papel ou tecido em uma ou ambas as faces de uma folha, utilizando cola de metilcelulose, com o objetivo de aumentar sua resistência física e prolongar sua preservação?

- (A) Obturação.
- (B) Reencolagem.
- (C) Reenfibragem.
- (D) Velino.
- (E) Velatura.

48

Em relação às competências da Comissão Interna para Entrada de Arquivos Privados e Comunitários no Arquivo Nacional (CEAPC), com base na Portaria AN/MGI nº 225/2025, que regulamenta a entrada de documentos no Arquivo Nacional por meio de doações provenientes de arquivos privados e comunitários, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A CEAPC é responsável por realizar visitas técnicas de avaliação dos arquivos privados ou comunitários a serem doados.
- () A CEAPC deve elaborar um relatório detalhado sobre os arquivos a serem doados, incluindo informações como história administrativa ou biografia do produtor, contexto histórico e geográfico, tipologia, assunto, dimensão, suporte, local de guarda, estado de conservação e listagem descritiva do arquivo.
- () A CEAPC pode autorizar diretamente a doação de arquivos privados ou comunitários, sem necessidade de parecer da autoridade titular da Direção-Geral do Arquivo Nacional.
- () A CEAPC emite parecer sobre a observância dos critérios para o recebimento de doações de arquivos privados ou comunitários, para apreciação da autoridade titular da Direção-Geral do Arquivo Nacional.

- (A) V – V – V – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – F – F – V.
- (E) F – F – V – F.

49

De acordo com a Resolução Conarq nº 54/2023, que estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais em arquivos permanentes, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A anonimização ou pseudonimização dos dados pessoais deve ser aplicada independentemente de comprometer a autenticidade ou integridade dos documentos de valor permanente.
- (B) É vedado o tratamento de documentos permanentes com dados pessoais incompatíveis com fins de interesse público, investigação científica, histórica e estatística.
- (C) O tratamento de dados pessoais em arquivos permanentes deve observar a promoção do pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional.
- (D) O tratamento de dados pessoais deve ser limitado ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades.
- (E) É vedada a eliminação de dados pessoais contidos em arquivos permanentes pelo custodiador.

50

De acordo com a Resolução nº 42/2014 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), que estabelece diretrizes sobre o uso de papel reciclado na produção de documentos arquivísticos, é correto afirmar que

- (A) a utilização de papéis reciclados fabricados apenas com fibras curtas e secundárias não selecionadas é recomendada para a produção de documentos arquivísticos permanentes.
- (B) papéis reciclados que contenham corantes e lignina atendem aos requisitos para a produção de documentos arquivísticos permanentes.
- (C) não há restrições quanto ao uso de papéis reciclados na produção de documentos arquivísticos permanentes, independentemente de sua composição e características.
- (D) a referida resolução recomenda a utilização de papéis reciclados com características físico-químicas que atendam às normas ISO 9706 (1994) e ISO 11108 (1996) para a produção de documentos arquivísticos.
- (E) a referida resolução autoriza a utilização de papéis reciclados com fibras curtas e secundárias não selecionadas, desde que não contenham corantes e lignina.

